

Revolução na educação em Minas

por Teodomiro Braga
de Belo Horizonte

As escolas públicas do ensino fundamental em Minas vão receber, em breve, o único equipamento que ainda não possuem: micro-computadores. O governo do estado está preparando edital para aquisição, numa fase inicial, de 1.17 mil unidades, para atender às maiores escolas, que juntas abrigam 58% dos 3,2 milhões de alunos da rede estadual. Hoje, todas as escolas de regiões com eletricidade têm pelo menos um aparelho de televisão e videocassete, além de antena parabólica e telefone. No final de 1994 foram compradas, de uma só vez, 2 mil linhas telefônicas para as escolas.

Embora importantes, esses equipamentos são apenas um aspecto das grandes transformações experimentadas pela rede pública mineira nos últimos anos. O que levou o presidente Fernando Henrique a escolher Minas para lançar nesta segunda-feira seu novo projeto educacional foi a "revolução" na política de educação do estado, que acabou com o clientismo político na escolha de diretores e introduziu inovações radicais. O índice de reprovação caiu de 25,58% em 1990 para 19,32% em 1994. Isso representa 134.654 alunos que deixaram de ser reprovados.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, aponta a virada no ensino público mineiro como um modelo para outros estados e destaca como suas principais virtudes a simplicidade das medidas e a continuidade das mudanças após a posse do governador Eduardo Azevedo. "Em educação não é bom inventar muito e foi isso que Minas fez, implantando um programa que consiste, basicamente, em fazer a escola funcionar direito, sem construção de Cieps e outras invenções", disse o ministro a este jornal.

O reconhecimento federal chega bem depois do aval do Banco Mundial (Bird), principal estimulador e parceiro do governo mineiro nesse salto na área educacional. O Bird está financiando a metade do programa de US\$ 302 milhões de melhoria do ensino, o ProQualidade, e num recente relatório fez uma avaliação positiva da nova escola mineira. Uma das iniciativas mais ousadas desse programa financiado pelo Bird é a utilização da metodologia e a filosofia da Qualidade Total no planejamento das escolas, informa o mentor das mudanças, o atual vice-governador e secretário do Planejamento, Walfrido dos Mares Guia.

De todos os componentes da nova política, Mares Guia destaca a mobilização da comunidade em torno da escola: "A grande revolução foi chamar a família e dizer que a escola é da comunidade e não do governo. Aí apareceram todas as mazelas e começou a busca de soluções", assinala o vice-governador.

que desencadeou as reformas como secretário da Educação do governo passado, chefiado por Hélio Garcia, Mares Guia foi sucedido no cargo pela sua secretária adjunta, Ana Luiza Machado Pinheiro.

A nova educação começou a surgir na campanha de Garcia para seu segundo mandato como governador, em 1990. A equipe encarregada de preparar a parte educacional, do programa, coordenada por Mares Guia, identificou os três problemas que mais contribuíram para a má qualidade do ensino público no estado: a influência política na escolha de diretores, a excessiva centralização das decisões na capital e a pequena participação dos municípios nas questões de educação.

Integrante da equipe que preparava o programa, Ana Luiza chegou a questionar Mares Guia sobre a viabilidade das ações propostas. "Será que o Hélio Garcia está disposto a retirar os políticos da educação?", perguntou ela. Dois dias depois, Mares Guia voltava com a resposta: "Podemos mandar bala". O programa previa cinco prioridades: 1) autonomia da escola;

2) fortalecimento da direção das escolas; 3) investimentos em capacitação profissional e na carreira dos professores; 4) avaliação do rendimento escolar; 5) integração do sistema estadual de educação com os sistemas municipais.

O novo processo de escolha dos professores – a "seleção competitiva interna" – foi o item de mais difícil execução da nova política. O governador Hélio Garcia incluiu entre as metas dos primeiros cem dias de administração a aprovação de projeto de lei que acabava com a nomeação de dire-

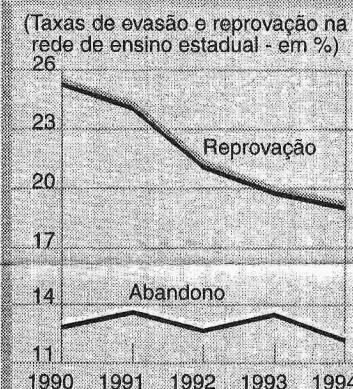
tóres com base na indicação do deputado mais votado da região. Em vez do apadrinhamento de políticos, os aspirantes ao cargo de diretor teriam de se submeter a um teste de competência técnica e os três primeiros colocados seriam candidatos à direção da escola em eleição com participação de professores, funcionários e alunos.

Com a força política própria dos governadores em início de mandato, Garcia obteve apoio quase total da Assembleia Legislativa ao projeto. Deputados confessariam depois, numa pesquisa recomendada pelo Banco Mundial, que a perda do poder de indicar professores foi relativa. "No meu caso, nunca me senti confortável em fazer esta indicação. Escolhia-se uma determinada pessoa e uma parte da escola vinha reclamar", disse um deputado do PMDB. A grande reação ao novo sistema partiu dos antigos diretores, que se mobilizaram para tentar impedir a mudança.

O novo processo resultou numa renovação de 62% nos quadros dos diretores, abrindo caminho para a instalação dos colegiados escolares, formados por pais de alunos, alunos de mais de 16 anos e servidores das escolas. "Através do colegiado a comunidade é trazida para dentro da escola, que passa a operar em bases mais realistas ao mesmo tempo que reflete mais imediatamente as demandas da comunidade", constatou o estudo do Banco Mundial. Segundo o relatório, a frase constantemente pronunciada "acabou o período de ditadura nas escolas" evidencia a nova legitimidade das direções dos estabelecimentos.

A parte mais fácil da reforma, conta Ana Luiza, foi a autonomia financeira das escolas, que acabou com a centralização das compras na capital. As escolas passaram a gastar suas verbas da forma que julgassem mais adequada. A autonomia incluiu até mesmo a realização de obras de pequeno porte. "O

Minas Gerais



Fonte: Secretaria da Educação de Minas Gerais

meu sonho de longo prazo é passar dinheiro para as escolas contratar até professores, como ocorre na Inglaterra", diz Ana Luiza. Junto da financeira também veio a autonomia administrativa, pela qual as escolas receberam poderes para gerir seu pessoal e patrimônio.

Um dos indicadores dos resultados da reforma é a pesquisa de avaliação do rendimento dos alunos, com base em provas realizadas por eles a cada dois anos. Na primeira avaliação, de 1992, a média das notas dos estudantes superou a média teórica apenas em português. Na de 1994, os alunos superaram a média teórica em todas as matérias. Desde 1992, mais de seiscentos municípios aderiram ao novo sistema educacional implantado pelo governo do estado. Outro importante dado é o aumento das verbas destinadas à educação, que passaram de 28% das receitas do governo do estado em 1991 para 40% da receita de R\$ 5,185 bilhões estimada para este ano.

"Agora não tem mais volta. Este é o caminho que já está servindo de exemplo para muitos estados", afirma a secretária Ana Luiza Pinheiro.